

**PROCESSO** - A. I. Nº 207106.0014/20-2  
**RECORRENTE** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECORRIDO** - JOSIVELTO DE OLIVEIRA CARNEIRO - EPP  
**RECURSO** - RECURSO DE OFÍCIO- Acórdão 1ª JJF nº 0051-01/21-VD  
**ORIGEM** - DAT SUL / INFAZ SUDOESTE  
**PUBLICAÇÃO** - INTERNET 17/03/2022

## 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO CJF Nº 0033-11/22-VD

**EMENTA:** ICMS. FALTA DE RECOLHIMENTO. DIFERENÇA DE ALÍQUOTAS. AQUISIÇÃO DE MERCADORIAS A OUTRAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO. ATIVO FIXO. Autuado estava dispensado do pagamento nas aquisições de bens do ativo imobilizado por ser enquadrado como empresa de pequeno porte, nos termos do item 2 da alínea “a” do inciso I do art. 272 do RICMS. Mantida a Decisão recorrida. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

## RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Ofício interposto(s) em face do Acórdão nº 0051-01/21-VD proferido pela 1ª JJF deste CONSEF, julgando Improcedente o Auto de Infração lavrado em 14/09/2020 no valor histórico de R\$152.081,00, em razão da seguinte infração:

***Infração 01 – 06.01.01** – Deixou de recolher ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais na aquisição de mercadorias oriundas de outras unidades da Federação destinadas ao ativo fixo do próprio estabelecimento.*

Após a conclusão da instrução processual, a 1ª Junta de Julgamento Fiscal assim decidiu:

### VOTO

*Inicialmente, verifiquei que foram observados todos os requisitos que compõem o auto de infração, previstos no art. 39 do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal (RPAF), Decreto nº 7.629/99.*

*O presente auto de infração, exige ICMS relativo à diferença de alíquotas nas aquisições de ativo imobilizado.*

*De acordo com as notas fiscais de aquisição (fls. 06 a 21), as aquisições foram de veículos e realizadas por contribuinte enquadrado como empresa de pequeno porte, conforme documento à fl. 36.*

*As aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado de contribuintes enquadrados como empresa de pequeno porte, estavam dispensadas do pagamento do ICMS relativo à diferença de alíquotas, à época da ocorrência dos fatos geradores, nos termos do item 2 da alínea “a” do inciso I do art. 272 do RICMS.*

*Diante da natureza das mercadorias e do enquadramento do autuado, o autuante reconheceu na informação fiscal o equívoco da autuação.*

*Voto pela IMPROCEDÊNCIA do auto de infração.*

A JJF interpôs Recurso de Ofício, nos termos do RPAF/BA.

Recebidos os autos, foram distribuídos a este relator para apreciação.

### VOTO

Inexistindo questões preliminares e/ou prejudiciais a examinar ou a suscitar de ofício, aprecio diretamente o mérito.

Não há razão para modificar a decisão proferida pela 1ª Instância. Registro, em reforço o que diz a informação fiscal de fls. 41-42 dos autos:

*“Realmente, infelizmente eu, o autuante, não atentei para o fato de que o contribuinte é enquadrado como EPP, e, por este motivo, não é obrigado a recolher ICMS diferença de alíquota por aquisição de bens destinados ao*

*ativo imobilizado. Peço desculpas ao egrégio Conselho pelo lapso.”*

Com base nisso, o próprio autuante requereu a improcedência do Auto de Infração. Consequentemente, a decisão da 1ª JJF deve ser mantida.

Assim, voto pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso de Ofício.

## **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Ofício apresentado e manter a Decisão recorrida que julgou **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **207106.0014/20-2**, lavrado contra **JOSIVELTO DE OLIVEIRA CARNEIRO – EPP**.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 08 de março de 2022.

RUBENS BEZERRA SOARES – PRESIDENTE

ANDERSON ÍTALO PEREIRA – RELATOR

MARCELO CARDOSO DE ALMEIDA MACHADO – REPR. DA PGE/PROFIS